



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**TERCEIRA REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS-CTPERH**

A terceira reunião ordinária da Câmara Técnica do Plano Estadual de Recursos Hídricos teve lugar no auditório da SEMA – 15º andar - Porto Alegre - RS, no dia 18 de agosto do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas. **Membros presentes:** Comitê Gravataí - Sérgio Cardoso; Comitê Santa Maria – Eldo Costa; Comitê Taquari-Antas – Julio Salecker; Comitê Baixo Jacuí – Rosane Barbosa Lopes Cavalcante; Comitê Litoral Médio – Manoel das Neves Adam; SEMA – Fernando Meirelles; Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia – SDECT – Carlos Alberto Boa Nova Andrade; Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação – SEAPI – Gerson Herter; Secretaria de Minas e Energia – Valquíria Chaves da Silva; Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação – SOP – Nelson Stuart. **Ausência Justificada:** Comitê Pardo; Comitê Passo Fundo; Secretaria da Saúde. **Ausentes:** Comitê Turvo. **Demais Presentes:** Susana Pereira de Souza – SEAPI. Fernando Meirelles informa que a segunda reunião não teve quórum e por isso não foi realizada, e relembra algumas decisões da primeira reunião: Foi decidido que Fernando Meirelles (SEMA) seria o Presidente; Foi solicitada a inclusão de novos membros na CT; A vice-presidência seria votada após a inclusão de novos membros. – Tratou-se dos Projetos de Lei – PL. Comunicado que houve alteração na composição da CT, saída do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio da Várzea e entrada do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Turvo. Sugerido que os Comitês tivessem membros suplentes, ficando a critério de cada um, se sim devem eleger e enviar o comunicado ao fórum. Colocado em votação, entre os participantes da reunião a vice-presidência da CTPERH, sendo escolhido o representante da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação, Gerson Herter – Diretor do Departamento de Irrigação. Fernando Meirelles abre discussão, temos um Plano e temos uma Resolução que na teoria é o que vale, vamos revisar o plano ou vamos revisar a Resolução. Temos um Plano aprovado, mas a Resolução que aprovou o plano colocou itens novos além do Plano. Sugeriu-se então enxugar a resolução, tirando o que não tem mais necessidade, adequando-se ao momento atual. Deixar mais claro o que vai ser eliminado e o que o vai entrar em ação. **Discussão do Plano de Ações: Componente 1 – Face C do plano de ação – Programa 1.3 – Consolidação e complementação da base legal e jurídica – Resoluções CRH, PL - O Plano foi submetido à consultoria na Assembleia Legislativa, dando origem a Resolução 141/2014 que institui o Plano Estadual de Recursos Hídricos PERH/RS, mas que os dois documentos não conversam, ou seja, foram acrescentados itens a Resolução que não cabem ao Plano. Programa 1.4 – Qualificação, aparelhamento e capacitação do órgão gestor (DRH/SEMA) – Pró-gestão, foi salientado o trabalho feito em parceria entre a SEMA e FEPAM para qualificação dos técnicos, tendo estes atingido em nível bom. Componente 2 – Programa 2.1 – Definição e articulação dos critérios para outorga de uso da água - SIOUT (testes) , comitê define quais critérios e submete para decidir. Programa 2.6 – Fortalecimento e aparelhamento do sistema Estadual de Informação em CRH - SIOUT – Sala de Situação, zoneamento ecológico, informações hidrológicas. Eventos críticos com 100% de acerto. Estiagem ainda não tem uma base de informação confiável, Universidade de Santa Maria passa informação baseada em dados comum para a Defesa Civil. Água meteorologia – vai ficar disponível também. Componente 3 – Programa 3.2 – Avaliação de risco e prevenção de eventos críticos - Sala de Situação – zoneamento ecológico, informações hidrológicas. Eventos críticos com 100% de acerto. Estiagem ainda não tem uma base de informação confiável, Universidade de Santa Maria passa informação baseada em dados comum para a Defesa Civil. Água meteorologia – vai ficar disponível também. Programa 3.4 – Determinação de padrões de demandas e lançamentos (parametrização) - SIOUT 2 – Para a segunda fase do SIOUT – Enquadramento dos Rios. Quais os trechos que vão fugir do enquadramento, zona de mistura, vazão de referência. Programa 3.5 – Consolidação do cadastro de usuários da água – SIOUT – Cadastramento de Usuários até 09/2017 37.000+ 17.000, totalizando uma média de 54.000 usuários**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

53 cadastrados. **Componente 4** – 4.2 Definições de ações/intervenções para equalização de
54 balanços hídricos deficitários (superficiais e subterrâneos) – Banco Mundial – Transferência
55 Sistema de Outorga para calcular. **Componente 5** – Programa 5.1 – Capacitação de
56 gestores em recursos hídricos - Pró Comitês. Programa 5.2 – Plano de comunicação social
57 permanente – Pró Comitês. **Componente 6** – Programa 6.1 – Gerenciamento e
58 acompanhamento da implantação do PERH – Ainda não temos um plano aprovado.
59 **Discussão da Resolução 141/2014 – Resumo dos artigos que foram discutidos e**
60 **comentários:** **Art. 10º** - Critérios Gerais de Outorga – Foi colocado na resolução, mas ainda
61 não está bem aprovado. Foi sugerido revalidar. **Art. 16º** - O PERH deverá, sempre que
62 possível, contabilizar sua base de dados com as dos órgãos e entidades Federais, em
63 especial com as da Agência Nacional de Águas – ANA. Foi sugerido deixar a base de dados
64 do SIOUT, independente do nome devido ao que foi investido e na capacidade que tem. **Art.**
65 **20º** - Deverá ser realizado o cadastramento e classificação das barragens, existentes no
66 Estado, que forem objeto de outorga pelo DRH, observando o domínio do corpo hídrico -
67 Classificação das barragens já está sendo feita. **Art. 22º** - Programa permanente de
68 capacitação destinado aos membros dos Comitês de Bacia – Sugerido na troca de Comitê
69 fazer processo de capacitação. **Art. 23º** - O CRH deverá, através da articulação e debate
70 com usuários da água, representantes da população e entidades de governo, estudar e
71 propor um modelo de implantação das Agências de Bacias Hidrográficas – Foi realizado
72 uma discussão e a Valéria Vaz do Comitê Pardo vai apresentar a avaliação das Agências.
73 **Art.25º** - Enquanto não for instituída a cobrança pelo uso da água, o Estado deverá, por
74 meio do FRH, garantir recursos para garantir a manutenção do funcionamento dos Comitês
75 de Bacia Hidrográfica – O recurso foi repassado somente para os Comitês que estavam com
76 a documentação em dia. **Art. 27º** - O poder público deverá, juntamente com os Comitês de
77 Bacia Hidrográfica, manter estudos periódicos para realizar o balanço Hídrico do Estado,
78 pelo menos a cada 4 anos – O DRH está fazendo com os técnicos da casa com as
79 informações que já tem. Foi iniciado pelas bacias com menos Municípios, Mampituba e
80 Litoral Médio e o Rio negro. **Art. 30º** - Implantação de um sistema de informação e suporte a
81 decisão que abarque todas as informações de interesse da gestão de RH. As informações
82 estão no SIOUT porém não foi aberto, decidir com os Comitê a necessidade da tomada de
83 decisão. **§Único** – A partir da implantação do Sistema, o DRH e a FEPAM, em conjunto com
84 os Comitês de Bacia, iniciará uma campanha de regularização dos procedimentos de
85 outorga para captação de água – Santa Maria e Gravataí já tem maturidade para dar
86 outorgas. **Art.31º** - O Estado promoverá a atualização da base cartográfica do Estado, em
87 escala de pelo menos 25.000, no primeiro ano de vigência deste Plano, base esta que
88 deverá ser atualizada, pelo menos a cada 8 anos – Base cartográfica está pronta, o contrato
89 foi encerrado sem se dar o OK. Agora estamos na fase da garantia do contrato. Consolidar
90 em 25 mil **Art.32º** - O Poder Executivo, por meio do DRH, deverá implantar, operar e manter
91 a Rede de Monitoramento Hidrometeorológico – Resgate da informação do setor elétrico.
92 Pretende-se chegar de 500 a 600 estação em tempo real. **Art.33º** - O Poder Executivo, por
93 meio da FEPAM, deverá manter, em caráter permanente, a rede de monitoramento da
94 Qualidade das Águas, em consonância com o Programa Nacional de Avaliação da
95 Qualidade das Águas – PNQA da ANA – Implantado em 2016 56 pontos de monitoramento
96 deve chegar a 212 pontos (FEPAM). CORSAN e Industria não tem. **Art.34º** – O Estado nos
97 dois primeiros anos de vigência desta Resolução, por meio do DRH, deverá estruturar, com
98 recursos materiais e humanos, o setor de fiscalização e controle do Departamento de
99 Recursos Hídricos – DRH da Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA para
100 consecução de sua atividade fim, em conformidade com o Regime interno da SEMA – O
101 Setor de Fiscalização e Controle, por enquanto está funcionando somente por denúncias.
102 Estão em negociação com o Batalhão Ambiental para eles realizarem e enviarem as
103 informações para a SEMA. **Art.35º** – Instalação de equipamentos de satélite pelas empresas
104 perfuradoras de poços, indicando local e data da perfuração – Não é do plano, problema
105 operacional. **Art.36º** - O poder público, por meio do órgão competente, deverá concluir a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

106 implantação da sala de situação do DRH, assegurando os recursos necessários ao seu
107 pleno funcionamento – A sala de situação foi implantada em 2014, em 2015 sofreu
108 alterações e em agosto de 2016 ficou 100% operacional 24 horas por dia no prédio da
109 SEMA ou remotamente em São Paulo. Os dados são todos públicos. **Art.37º Manual**
110 **Operativo do uso dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos** – Foi realizado pela
111 Valéria Vaz do Comitê Pardo. **Art.38º -** Orgãos estaduais competentes juntamente com
112 entidades representativas de usuários de água, estudem alternativas para implementação
113 de políticas de fomento ao uso racional, de conservação dos recursos hídricos – Em
114 negociação com Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação. Avançaram muito pouco.
115 **Assuntos Gerais** – Sala de Situação e SIOUT sugeriu-se a criação de uma Política de
116 Estado. DRH vai encaminhar para os Comitê o último documento do Plano, para que seja
117 debatido uma atualização. Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às
118 15h30min. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Carmem Silva, lavrei
119 esta ata.